

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 10. ^a EDIÇÃO.....	13
NOTA DO AUTOR À 9. ^a EDIÇÃO.....	15
NOTA DO AUTOR À 8. ^a EDIÇÃO.....	17
NOTA DO AUTOR À 7. ^a EDIÇÃO.....	19
NOTA DO AUTOR À 6. ^a EDIÇÃO.....	21
NOTA DO AUTOR À 5. ^a EDIÇÃO.....	23
NOTA DO AUTOR À 4. ^a EDIÇÃO.....	25
NOTA DO AUTOR À 3. ^a EDIÇÃO.....	27
NOTA DO AUTOR À 2. ^a EDIÇÃO.....	29
NOTA DO AUTOR À 1. ^a EDIÇÃO.....	31
ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS	59

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – A Sociedade Internacional	65
1. O que é o Direito Internacional Público?.....	65
2. Sociedade e comunidade.....	66
3. Ordem jurídica da sociedade internacional	70
Seção II – Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público.....	73
1. Introdução	73
2. Origens históricas do Direito Internacional Público.....	73
3. As tendências evolutivas do Direito Internacional	77

4. O Direito Internacional Público nos dias atuais	81
5. O ensino do Direito Internacional Público	82
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões.....	84
1. Conceito	84
a) <i>Critério dos sujeitos intervenientes</i>	86
b) <i>Critério das matérias reguladas</i>	86
c) <i>Critério das fontes normativas</i>	86
2. Denominações	89
3. Divisões.....	91
4. Aplicação internacional e interna.....	92

CAPÍTULO II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL

1. Propositura do problema.....	95
2. Dualismo	96
3. Críticas à doutrina dualista.....	101
4. Monismo.....	102
a) <i>Monismo nacionalista</i>	104
b) <i>Monismo internacionalista</i>	106
c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	112
5. Doutrinas conciliatórias	114
6. As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitucional comparado	115
a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	115
b) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro</i>	117
c) <i>Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno</i>	121

CAPÍTULO III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	123
2. Doutrinas.....	124
a) <i>Doutrina voluntarista</i>	124
b) <i>Doutrina objetivista</i>	126
3. Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	126

CAPÍTULO IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Fontes Primárias.....	131
---------------------------------	-----

1. Introdução	131
2. Fontes materiais e formais	132
3. Rol originário das fontes do Direito Internacional Público	134
4. Os tratados internacionais.....	137
5. O costume internacional.....	138
a) <i>Conceito de costume internacional</i>	139
b) <i>Elementos formadores do costume</i>	140
b.1) <i>Elemento material ou objetivo</i>	141
b.2) <i>Elemento psicológico ou subjetivo</i>	142
c) <i>Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume</i>	143
d) <i>Extensão geográfica do costume</i>	144
e) <i>Hierarquia entre costumes e tratados internacionais</i>	145
f) <i>Prova do costume</i>	146
g) <i>Interpretação do costume</i>	147
h) <i>O problema dos novos Estados</i>	149
i) <i>A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”</i>	150
j) <i>Aplicação direta do costume internacional na ordem interna</i>	151
6. Os princípios gerais de direito	152
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes	157
1. Introdução	157
2. Jurisprudência	157
3. Doutrina dos publicistas	160
4. Analogia e equidade	162
5. Atos unilaterais dos Estados.....	164
a) <i>Atos autonormativos</i>	168
b) <i>Atos heteronormativos</i>	170
6. Decisões das organizações internacionais	171
7. Obrigações <i>erga omnes</i> , <i>jus cogens</i> e <i>soft law</i>	178
a) <i>As obrigações erga omnes</i>	178
b) <i>O jus cogens internacional</i>	181
c) <i>O fenômeno da soft law na atualidade</i>	187

CAPÍTULO V DIREITO DOS TRATADOS

Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	193
1. Introdução	193
2. Antecedentes históricos.....	194
3. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	196
4. Desmembrando o conceito de tratado internacional	200
a) <i>Acordo internacional</i>	201
b) <i>Celebrado por escrito</i>	203
c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	204

d) Regido pelo Direito Internacional.....	207
e) Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	208
f) Ausência de denominação específica.....	208
5. Terminologia dos tratados.....	209
a) Tratado	210
b) Convenção.....	210
c) Pacto	211
d) Acordo.....	211
e) Acordo por troca de notas.....	212
f) Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo	212
g) “Gentlemen’s agreements”	213
h) Carta	214
i) Protocolo.....	214
j) Ato ou ata.....	215
k) Declaração.....	215
l) “Modus vivendi”	215
m) Arranjo.....	216
n) Concordata.....	216
o) Reversais ou notas reversais.....	216
p) Ajuste ou acordo complementar.....	217
q) Convênio.....	217
r) Compromisso	217
s) Estatuto.....	217
t) Regulamento.....	217
u) Código.....	217
v) Constituição	218
x) Contrato.....	218
6. Estrutura dos tratados.....	218
a) o título	219
b) o preâmbulo ou exórdio.....	219
c) o articulado (ou dispositivo).....	219
d) o fecho.....	219
e) a assinatura.....	220
f) o selo de lacre.....	220
7. Classificação dos tratados.....	220
a) Quanto ao número de partes	221
b) Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão.....	223
c) Quanto à possibilidade de adesão	225
d) Quanto à natureza jurídica.....	226
e) Quanto à execução no tempo	230
f) Quanto à execução no espaço.....	231
g) Quanto à estrutura da execução	231

8. Processo de formação dos tratados	232
9. Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados	237
a) <i>As negociações preliminares</i>	238
b) <i>A adoção do texto</i>	241
c) <i>A autenticação</i>	243
d) <i>A assinatura</i>	245
e) <i>A ratificação</i>	250
f) <i>A adesão</i>	265
10. Reservas aos tratados multilaterais	269
a) <i>Conceito e formulação das reservas</i>	269
b) <i>Limites às reservas</i>	271
c) <i>Procedimento das reservas</i>	274
d) <i>Distinção entre reservas e outros atos não reservativos</i>	275
e) <i>Aceitação e objeção das reservas</i>	275
f) <i>Efeitos das reservas</i>	277
g) <i>O problema das reservas e das emendas no âmbito interno</i>	278
11. Emendas e modificações aos tratados.....	281
12. Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados	285
a) <i>Entrada em vigor dos tratados</i>	285
b) <i>Aplicação provisória dos tratados</i>	286
13. Registro e publicidade dos tratados.....	286
14. Observância e aplicação dos tratados	289
a) <i>Observância (ou cumprimento) dos tratados</i>	289
b) <i>Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço)</i>	295
15. Interpretação dos tratados	298
a) <i>Regra geral de interpretação</i>	298
b) <i>Meios suplementares de interpretação</i>	301
c) <i>Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas</i>	302
d) <i>Sistemas de interpretação</i>	303
d.1) <i>Interpretação internacional</i>	303
d.2) <i>Interpretação interna</i>	305
d.3) <i>Interpretação doutrinária</i>	305
e) <i>A interpretação dos tratados de direitos humanos</i>	306
16. Os tratados e os terceiros Estados.....	306
a) <i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva</i>	307
b) <i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado</i>	308
c) <i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados</i>	309
c.1) <i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados</i>	309
c.2) <i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados</i>	310
17. Vícios do consentimento e nulidade dos tratados	311
a) <i>Anulabilidade do consentimento</i>	313
b) <i>Nulidade do consentimento</i>	314

c) <i>Nulidade dos tratados</i>	315
18. O <i>jus cogens</i> e o tema da nulidade dos tratados	318
a) <i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior</i>	319
b) <i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior</i>	321
c) <i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena</i>	322
d) <i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens</i>	323
19. A inconstitucionalidade dos tratados	325
a) <i>Concepção constitucionalista</i>	326
b) <i>Concepção internacionalista</i>	327
c) <i>Concepção conciliatória</i>	329
d) <i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969</i>	329
20. O conflito entre tratados sucessivos	335
21. Extinção dos tratados	339
a) <i>Expiração do termo pactuado</i>	341
b) <i>Condição resolutiva</i>	341
c) <i>Execução integral do objeto do tratado</i>	342
d) <i>O tratado posterior</i>	342
e) <i>Violação grave do tratado</i>	343
f) <i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias</i>	345
g) <i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares</i>	347
h) <i>O estado de guerra</i>	348
i) <i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes</i>	348
22. A denúncia dos tratados	349
a) <i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	349
b) <i>O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	353
23. Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado	359
24. A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs)	360
a) <i>A redação dos memorandos</i>	362
b) <i>Inexistência de aprovação parlamentar</i>	362
c) <i>Falta de registro nas Nações Unidas</i>	363
d) <i>Confidencialidade</i>	363
e) <i>Conclusão sobre a sua natureza jurídica</i>	364
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986	364
1. Introdução	364
2. Histórico e situação atual da Convenção de 1986	365
3. Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986	366
4. Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados	367

5. Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986	368
a) <i>Acordos de sede</i>	368
b) <i>Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	369
c) <i>Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	369
d) <i>Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	369
e) <i>Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	369
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil	370
1. Introdução	370
2. A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	373
3. O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados	381
4. O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	388
5. Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	394
6. Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	396
7. Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional	405
8. Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados	406
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno	407
1. O caso brasileiro	407
2. Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF	410
3. Nosso posicionamento frente à posição do STF	415
4. O controle jurisdicional da convencionalidade das leis	421
a) <i>A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	422
b) <i>O controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	426
b.1) <i>Controle concentrado de convencionalidade</i>	427
b.2) <i>Controle difuso de convencionalidade</i>	430
Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária	433
1. Propositura do problema	433
2. O art. 98 do Código Tributário Nacional	434
3. A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados	439

CAPÍTULO VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	443
2. Propósito da codificação	443
3. A regra da Carta da ONU	444
4. Tentativas de codificação do Direito Internacional Público	446

5. Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	447
Plano da Parte II	448

PARTE II PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

CAPÍTULO I OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Introdução	451
2. Classificação dos sujeitos	453
3. Os Estados	453
4. Coletividades interestatais	455
5. Coletividades não estatais	456
a) <i>Beligerantes</i>	456
b) <i>Insurgentes</i>	456
c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	457
d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	458
6. A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	459
a) <i>A Santa Sé</i>	460
b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	465
c) <i>A questão das concordatas</i>	468
7. Comitê Internacional da Cruz Vermelha	470
a) <i>Gênese</i>	470
b) <i>Funcionamento</i>	470
c) <i>Natureza jurídica</i>	471
8. Os indivíduos	472
9. Sujeitos não formais do Direito Internacional	478
a) <i>Empresas transnacionais</i>	479
b) <i>A mídia global</i>	480
10. Plano dos capítulos seguintes	480

CAPÍTULO II O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado	481
1. Introdução	481
2. Conceito e elementos constitutivos do Estado	482
a) <i>Comunidade de indivíduos</i>	483
b) <i>Território fixo e determinado</i>	485
c) <i>Governo autônomo e independente</i>	488
d) <i>Finalidade</i>	491
3. Formação do Estado	491

a) <i>Fundação direta</i>	492
b) <i>Emancipação</i>	493
c) <i>Separação ou desmembramento</i>	493
d) <i>Fusão</i>	494
4. Reconhecimento de Estado e de governo	495
a) <i>Individual ou coletivo</i>	501
b) <i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	502
c) <i>Expresso ou tácito</i>	502
d) <i>Incondicionado ou condicionado</i>	503
e) <i>Reconhecimentos especiais</i>	504
e.1) <i>Reconhecimento de beligerância</i>	504
e.2) <i>Reconhecimento de insurgência</i>	505
e.3) <i>Reconhecimento como Nação</i>	506
e.4) <i>Reconhecimento de governo</i>	506
a) <i>Doutrina Tobar</i>	509
b) <i>Doutrina Estrada</i>	509
5. Classificação dos Estados	511
5.1 <i>Estados simples ou unitários</i>	511
5.2 <i>Estados compostos</i>	512
5.2.1) <i>Estados compostos por coordenação</i>	512
a) <i>União Pessoal</i>	512
b) <i>União Real</i>	514
c) <i>União Incorporada</i>	515
d) <i>Confederação de Estados</i>	515
e) <i>Estado Federal</i>	516
f) <i>Associações “sui generis”</i>	519
5.2.2) <i>Estados compostos por subordinação</i>	520
a) <i>Estados vassalos</i>	521
b) <i>Estados protegidos ou protetorados</i>	521
c) <i>Estados clientes</i>	523
d) <i>Territórios não autônomos</i>	523
e) <i>Territórios sob tutela</i>	525
f) <i>Estados permanentemente neutros</i>	527
6. Extinção dos Estados	527
a) <i>Anexação total</i>	529
b) <i>Anexação parcial</i>	529
c) <i>Fusão</i>	529
d) <i>Divisão ou desmembramento</i>	529
7. Sucessão de Estados	530
a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	531
b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	532
c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	533
d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	535

e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	535
f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	536
8. Sucessão de organizações internacionais.....	536
Seção II – Domínio Terrestre do Estado.....	538
1. Introdução	538
2. Conceito e natureza	539
3. Fronteiras e limites.....	539
4. Modos de aquisição de território	544
a) <i>Ocupação</i>	544
b) <i>Acessão</i>	546
c) <i>Cessão</i>	547
d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	549
e) <i>Conquista e anexação</i>	551
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados	552
1. Introdução	552
2. Direitos básicos dos Estados	553
a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	554
b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	555
c) <i>Direito à igualdade</i>	561
d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	563
3. Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	563
a) <i>Capitulações</i>	563
b) <i>Garantias internacionais</i>	564
c) <i>Servidões internacionais</i>	566
d) <i>Concessões</i>	565
e) <i>Arrendamento de território</i>	566
f) <i>Condomínio</i>	567
g) <i>Neutralidade permanente</i>	569
h) <i>Neutralização de territórios</i>	569
4. Deveres dos Estados	570
a) <i>Deveres morais</i>	570
b) <i>Deveres jurídicos</i>	571
5. O dever de não intervenção	571
6. A doutrina Monroe.....	573
7. A doutrina Drago.....	575
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal.....	576
1. Introdução	576
2. Diplomacia e serviço consular	578
3. Prerrogativas e imunidades diplomáticas.....	579
a) <i>Prerrogativas e imunidades da missão</i>	580

<i>b)</i> <i>Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos</i>	581
<i>b.1)</i> <i>Inviolabilidade pessoal e domiciliar</i>	581
<i>b.2)</i> <i>Imunidade jurisdicional</i>	582
<i>b.3)</i> <i>Isenção fiscal</i>	584
4. Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	586
5. Privilégios e imunidades consulares	591
6. Imunidade de jurisdição do Estado	592
7. O abuso da imunidade diplomática	602
8. Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista	602
9. Imunidade de execução	609
<i>a)</i> <i>Dos agentes do Estado</i>	610
<i>b)</i> <i>Dos organismos internacionais</i>	610
<i>c)</i> <i>Do próprio Estado</i>	610
Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados	612
1. Introdução	612
2. Projeto de convenção internacional da ONU	614
3. Conceito de responsabilidade internacional	615
4. Características da responsabilidade internacional	616
5. Proteção diplomática	618
6. Elementos constitutivos da responsabilidade	620
<i>a)</i> <i>O ato internacionalmente ilícito</i>	621
<i>b)</i> <i>A imputabilidade ou nexó causal</i>	621
<i>c)</i> <i>O prejuízo ou dano</i>	622
7. Formas de responsabilidade internacional	623
8. Natureza jurídica da responsabilidade internacional	624
9. Órgãos internos e responsabilidade internacional	626
<i>a)</i> <i>Atos do Executivo</i>	626
<i>b)</i> <i>Atos do Legislativo</i>	629
<i>c)</i> <i>Atos do Judiciário</i>	631
<i>d)</i> <i>Atos dos indivíduos</i>	633
10. Prévio esgotamento dos recursos internos	634
11. Apresentação de reclamações	635
12. Excludentes da responsabilidade	637
<i>a)</i> <i>Consentimento do Estado</i>	637
<i>b)</i> <i>Legítima defesa</i>	638
<i>c)</i> <i>Contra-medidas</i>	638
<i>d)</i> <i>Força maior</i>	639
<i>e)</i> <i>Perigo extremo</i>	639
<i>f)</i> <i>Estado de necessidade</i>	639
<i>g)</i> <i>Renúncia do indivíduo lesado</i>	640

13. Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional.....	641
Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais.....	642
1. Introdução	642
2. Chefes de Estado.....	643
1) <i>Privilégios pessoais</i>	645
2) <i>Imunidade em matéria penal</i>	645
3) <i>Imunidade em matéria civil</i>	645
4) <i>Imunidade de polícia e tributos</i>	645
3. Ministro das Relações Exteriores	646
4. Agentes diplomáticos	647
5. Os cônsules e funcionários consulares.....	651
6. Delegações junto às organizações internacionais	654

CAPÍTULO III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais.....	657
1. Introdução	657
2. Definição.....	660
3. Características	662
4. Classificação	664
5. Personalidade jurídica internacional	666
6. Processo decisório	668
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	669
b) <i>Sistema da dissidência</i>	669
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	669
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	669
7. Diferenças de fundo.....	669
8. Sede da organização	670
9. Admissão de novos membros.....	671
10. Representação dos Estados-membros	673
11. Sanções aos Estados-membros.....	674
12. Retirada voluntária dos Estados-membros	676
13. Ordem jurídica das organizações internacionais.....	677
14. A questão das imunidades	678
15. O pessoal paradiplomático	681
Seção II – A Organização das Nações Unidas	682
1. Origem histórica.....	682
2. Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	683
3. Membros das Nações Unidas.....	684
4. Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	685

5. Os órgãos das Nações Unidas	686
a) <i>Assembleia Geral</i>	686
b) <i>Conselho de Segurança</i>	687
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	691
d) <i>Conselho Econômico e Social</i>	692
e) <i>Conselho de Tutela</i>	693
f) <i>Secretariado</i>	694
6. Organismos especializados	695
a) <i>Organismos internacionais de cooperação econômica:</i>	696
a.1) <i>Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)</i>	696
a.2) <i>Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)</i>	697
a.3) <i>Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)</i> ..	697
a.4) <i>Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)</i>	697
a.5) <i>Organização Mundial do Comércio (OMC)</i>	698
b) <i>Organismos internacionais de cooperação social:</i>	699
b.1) <i>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</i>	699
b.2) <i>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)</i>	699
b.3) <i>Organização Mundial de Saúde (OMS)</i>	700
c) <i>Organismos internacionais de cooperação em comunicações:</i>	700
c.1) <i>União Internacional de Telecomunicações (UIT)</i>	700
c.2) <i>Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)</i>	700
c.3) <i>União Postal Universal (UPU)</i>	701
c.4) <i>Organização Marítima Internacional (OMI)</i>	701
d) <i>Organismos internacionais de finalidade específica:</i>	702
d.1) <i>Organização Meteorológica Mundial (OMM)</i>	702
d.2) <i>Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)</i>	702
d.3) <i>Organização Mundial do Turismo (OMT)</i>	703
d.4) <i>Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)</i>	703
7. Revisão da Carta da ONU	704
Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais	704
1. Organizações regionais	704
2. Organizações supranacionais	706
3. A União Europeia	707
4. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	710
5. União das Nações Sul-Americanas (Unasul)	716
Seção IV – Organização dos Estados Americanos	719
1. Introdução	719
2. Estrutura da Carta da OEA	721
3. Natureza, propósitos e princípios	721
4. Membros da OEA	722

5. Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA	724
6. Solução pacífica de controvérsias	725
7. Órgãos da OEA	725
a) <i>Assembleia Geral</i>	725
b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	726
c) <i>Os Conselhos</i>	727
d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	728
e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	729
f) <i>Secretaria-Geral</i>	730
8. Conferências especializadas	731
9. Organismos especializados	731

CAPÍTULO IV

OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo	733
1. Jurisdição do Estado.....	733
2. Conceito de nacionalidade.....	733
3. Nacionalidade e cidadania.....	737
4. Nacionalidade originária e adquirida	741
5. A nacionalidade de origem	749
a) <i>Jus sanguinis</i>	749
b) <i>Jus soli</i>	750
c) <i>Sistema misto</i>	750
6. Aquisição da nacionalidade	751
a) <i>Aquisição pelo casamento</i>	751
b) <i>Aquisição pela naturalização</i>	752
7. A nacionalidade brasileira.....	754
a) <i>Brasileiros natos</i>	755
b) <i>Brasileiros naturalizados</i>	766
8. Perda da nacionalidade brasileira	771
a) <i>Causas de perda da nacionalidade brasileira</i>	771
b) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro nato</i>	772
c) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado</i>	774
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira	777
10. Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses	779
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro	782
1. Conceito de estrangeiro	782
2. Admissão do estrangeiro no território nacional	783
3. Títulos de ingresso dos estrangeiros	785
4. Direitos dos estrangeiros	787
5. Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal.....	791
a) <i>Deportação</i>	791

<i>b) Expulsão</i>	793
6. Extradição	800
<i>a) Conceito e entendimento</i>	800
<i>b) Fontes do direito extradicional</i>	802
<i>c) Natureza jurídica</i>	803
<i>d) Condições para a concessão</i>	804
<i>e) Modalidades de extradição</i>	805
<i>f) Extradicação sem tratado</i>	806
<i>g) Procedimento extradicional no Brasil</i>	809
<i>h) Entrega do extraditando ao Estado requerente</i>	815
<i>i) Casos de vedação da extradição</i>	816
<i>j) O problema da prisão perpétua e da pena de morte</i>	818
7. Asilo territorial e asilo diplomático	820
<i>a) Asilo territorial</i>	820
<i>b) Asilo diplomático</i>	823
8. Refúgio.....	828
<i>a) Regulamentação internacional</i>	830
<i>b) Regulamentação interna</i>	832
Plano da Parte III.....	835

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I ZONAS POLARES

1. Introdução	839
2. O Polo Norte.....	839
3. A Antártica	842

CAPÍTULO II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua.....	845
1. Introdução	845
2. Águas interiores	848
3. Mar territorial.....	851
<i>a) Conceito</i>	852
<i>b) Passagem inocente</i>	853
<i>c) Delimitação</i>	855
4. Zona contígua	856
5. Estreitos	857
6. Canais internacionais.....	858
7. Estados Arquipélagos	860

8. Situação jurídica dos navios.....	861
<i>a) Embarcações públicas brasileiras</i> (ou a serviço oficial do Brasil)	862
<i>b) Embarcações privadas brasileiras</i> (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais)	863
<i>c) Embarcações públicas estrangeiras</i> (ou a serviço oficial do governo estrangeiro).....	863
<i>d) Embarcações privadas estrangeiras</i>	863
Seção II – Zona Econômica Exclusiva.....	863
1. Entendimento	863
2. Regulamentação internacional e interna	864
3. Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro.....	865
4. Direitos de terceiros Estados.....	866
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos	867
1. Plataforma continental.....	867
2. Fundos marinhos.....	870
Seção IV – Rios Internacionais	871
1. Conceito	871
2. Exercício da jurisdição estatal	873
3. Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata	874
4. Outros regimes internacionais.....	875
Seção V – O alto-mar	875
1. Importância da matéria	875
2. Conceito de alto-mar	875
3. O regime jurídico do alto-mar.....	876
<i>a) Liberdade de navegação e sobrevoo</i>	877
<i>b) Liberdade de pesca</i>	877
<i>c) Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	877
<i>d) Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	878
4. Limites à liberdade do alto-mar	878
5. Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral.....	879
6. Deveres dos Estados no alto-mar	880

CAPÍTULO III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo	883
1. Introdução	883
2. Normativa internacional.....	884
3. Princípios elementares	885
4. As cinco liberdades do ar	886
5. Situação jurídica das aeronaves	886

<i>a) Aeronaves públicas brasileiras</i> (ou a serviço oficial do Brasil)	888
<i>b) Aeronaves privadas brasileiras</i> (ou estatais que se destinam à atividade privada)	888
<i>c) Aeronaves públicas estrangeiras</i> (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)	889
<i>d) Aeronaves privadas estrangeiras</i>	889
6. Segurança no ar	889
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico	889
1. Origens da regulamentação internacional	889
2. Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico	890
3. Normativa internacional	891
Plano da Parte IV	892

PARTE IV
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
E DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos	895
1. Generalidades	895
2. Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos	896
<i>a) Direitos do homem</i>	896
<i>b) Direitos fundamentais</i>	896
<i>c) Direitos humanos</i>	897
3. Características dos direitos humanos	899
<i>a) Historicidade</i>	899
<i>b) Universalidade</i>	900
<i>c) Essencialidade</i>	900
<i>d) Irrenunciabilidade</i>	900
<i>e) Inalienabilidade</i>	900
<i>f) Inexauribilidade</i>	900
<i>g) Imprescritibilidade</i>	900
<i>h) Vedação do retrocesso</i>	900
4. A questão das “gerações” (ou <i>dimensões</i>) de direitos	901
5. Críticas ao sistema geracional de direitos	902
6. Gênese do direito internacional dos direitos humanos	904
7. O Direito Internacional dos Direitos Humanos	906
8. Tratados internacionais de direitos humanos no Direito brasileiro	910
<i>a) As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	917
<i>b) Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	921

c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/04</i>	927
d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/04)</i>	939
e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	940
9. Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas ...	942
Seção II – O Direito da Carta da ONU.....	945
1. A regra das Nações Unidas	945
2. Ausência de definição da expressão “direitos humanos”	947
3. Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos	948
Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos	949
1. Introdução	949
2. Estrutura da Declaração Universal.....	950
3. Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948.....	952
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural	955
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948	958
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966	959
1. A criação dos mecanismos de proteção.....	959
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	961
3. Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Civis e Políticos.....	965
4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	967
5. Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	972
6. Plano das seções seguintes	973
Seção V – Sistema Regional Interamericano.....	973
1. Introdução	973
2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	975
3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	978
4. Corte Interamericana de Direitos Humanos	984
5. Processamento do Estado perante a Corte.....	987
6. Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH	991
7. O problema da execução das sentenças da CIDH no Brasil.....	993
8. Eficácia da sentença para terceiros Estados.....	997
Seção VI – Sistema Regional Europeu.....	999
1. Introdução	999
2. A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	1001
3. A Corte Europeia de Direitos Humanos	1006
4. Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu	1017
5. Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos.....	1020

6. Conclusão	1022
Seção VII – Sistema Regional Africano	1022
1. Introdução	1022
2. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	1024
3. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	1029
4. A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	1032
5. Conclusão	1035
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe.....	1035
1. Introdução	1035
2. Desenvolvimento.....	1036
3. Instrumentos	1037
4. Órgãos de proteção	1037
5. Conclusão	1038
Seção IX – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....	1038
1. Introdução	1038
2. Precedentes históricos da criação do TPI.....	1039
3. Criação e características do TPI	1045
4. Estrutura e funcionamento do TPI	1049
5. Competência material do TPI	1053
a) <i>Crime de genocídio</i>	1054
b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	1055
c) <i>Crimes de guerra</i>	1056
d) <i>Crime de agressão</i>	1058
6. A regra da responsabilidade penal individual.....	1061
7. As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira.....	1064
a) <i>A entrega de nacionais ao TPI</i>	1064
b) <i>A pena de prisão perpétua</i>	1067
c) <i>A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função</i>	1070
d) <i>A questão da reserva legal</i>	1071
e) <i>A questão do respeito à coisa julgada</i>	1071
8. Conclusão	1072

CAPÍTULO II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente.....	1075
1. Introdução	1075
2. Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente	1077
3. Instrumentos internacionais de proteção	1081
4. Recurso às regras do Direito Internacional clássico	1083
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	1084

1. Introdução	1084
2. Rol das fontes formais	1084
a) <i>Tratados internacionais</i>	1084
b) <i>Costume internacional</i>	1086
c) <i>Princípios gerais de direito</i>	1087
d) <i>Doutrina e jurisprudência internacionais</i>	1087
e) <i>Decisões e resoluções das organizações internacionais</i>	1088
3. Reavaliação das fontes	1088
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos	1089
1. O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	1089
2. A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	1094
3. A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano.....	1095
4. A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos.....	1096
a) <i>Sistema regional interamericano</i>	1096
b) <i>Sistema regional europeu</i>	1098
5. Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos inter- nacionais	1100
Plano da Parte V	1102

PARTE V

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho	1105
1. Introdução	1105
2. Fundamentos	1107
3. Objetivos.....	1108
4. A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	1109
5. Padrões trabalhistas mínimos e dumping social.....	1110
a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	1110
b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	1113
c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	1113
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	1114
1. Introdução	1114
2. Finalidades	1115
3. Competência	1117
4. Natureza jurídica	1118
5. Membros.....	1119
6. Estrutura orgânica	1120

CAPÍTULO II

CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT.....	1125
-------------------------------------	------

1. Considerações gerais	1125
2. Conceito de convenção	1126
3. Natureza jurídica	1128
4. Método negocial.....	1128
5. Vigência internacional	1129
6. Integração ao Direito brasileiro	1129
7. Incorporação material e formal.....	1135
8. Primazia da norma mais favorável.....	1136
9. Interpretação das convenções	1138
Seção II – As Recomendações da OIT.....	1139
1. Conceito de recomendação	1139
2. Natureza jurídica	1141
3. Integração ao Direito brasileiro	1142
Plano da Parte VI.....	1143

PARTE VI CONFLITOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO I SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias	1147
1. Introdução	1147
2. Conceito de controvérsias internacionais	1148
3. Finalidade da matéria.....	1149
4. Regra das Nações Unidas.....	1150
5. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.....	1151
6. Hierarquia dos meios de solução de controvérsias.....	1152
Seção II – Meios Diplomáticos.....	1152
1. Características da solução diplomática.....	1152
2. Negociação direta	1153
3. Bons ofícios	1154
4. Sistema de consultas.....	1155
5. Mediação.....	1155
6. Conciliação	1156
7. Inquérito	1157
Seção III – Meios políticos	1158
1. Entendimento	1158
2. Mecanismos de controle	1159
3. A regra da não ingerência em assuntos internos	1159
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem).....	1164
1. Diferenças conceituais	1164
2. A arbitragem internacional.....	1165
3. Os árbitros.....	1166

4. Cláusula arbitral	1167
5. O processo arbitral.....	1168
6. Laudo arbitral.....	1168
7. Formas de arbitragem	1169
Seção V – Meios Judiciais.....	1170
1. Introdução	1170
2. A Corte Internacional de Justiça.....	1171
a) <i>Regras sobre os juízes</i>	1172
b) <i>Competência contenciosa e consultiva</i>	1173
c) <i>Competência em razão da matéria</i>	1176
d) <i>Aceite à jurisdição contenciosa</i>	1176
e) <i>Sentença da Corte</i>	1177
f) <i>Idiomas oficiais</i>	1178
3. Tribunais regionais e especializados	1179
4. Consentimento estatal	1180
Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos.....	1180
1. Finalidade dos meios coercitivos.....	1180
2. Retorsão	1181
3. Represálias.....	1182
4. Embargo	1183
5. Boicotagem	1184
6. Bloqueio pacífico.....	1185
7. Rompimento das relações diplomáticas	1185
8. Sanções coletivas internacionais	1186

CAPÍTULO II GUERRA E NEUTRALIDADE

Seção I – A Guerra	1187
1. Introdução	1187
2. Guerra e tecnologia.....	1188
3. Brevíssima gênese da guerra.....	1188
4. Definição de guerra.....	1189
5. Proibição jurídica da guerra.....	1190
6. As leis da guerra	1193
7. A declaração de guerra.....	1193
8. Efeitos da declaração de guerra	1195
9. As hostilidades.....	1196
10. Término da guerra	1196
11. A legítima defesa.....	1197
12. Crimes de guerra.....	1202
13. O terrorismo em Direito Internacional.....	1202

Seção II – A Neutralidade.....	1207
1. Conceito de neutralidade.....	1207
2. Críticas ao sistema da neutralidade.....	1208
3. Neutralidade e neutralização.....	1209
4. Formas de manifestação.....	1209
5. Neutralidade nas organizações internacionais.....	1210
6. O futuro do sistema de neutralidade.....	1210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1213
OBRAS DO AUTOR.....	1271